

5 - O candomblé e a escola

Creio ter ficado exposto no capítulo anterior a forma como crianças que praticam candomblé vivenciam o espaço do terreiro. Como são socializadas, como são iniciadas, como ocorre o aprendizado da religião. Tentei expor também, através dos depoimentos de crianças, adolescentes e pais ou parentes, situações de discriminação vivenciadas por essas crianças e adolescentes em função da religião que praticam, bem como as estratégias que usam para enfrentá-las.

Nas entrevistas com as crianças elas me narravam discriminações sofridas na comunidade onde moram e narravam também discriminações sofridas na escola. Optei por separar os depoimentos para que nesse capítulo pudéssemos discutir especificamente o segundo objetivo dessa tese: *como a escola se relaciona com crianças que praticam candomblé*. Já passamos por algumas falas que esbarraram na questão da discriminação na escola, mas é nesse capítulo que estarei dialogando mais detalhadamente com depoimentos das crianças, de pais, de professores e com reflexões feitas pelos autores Eliane Cavalleiro, Jacques d'Adesky e Forquin.

5.1 - “Quando vou para a escola sempre uso camisas de mangas para que cubram as curas”

O depoimento acima me foi dado por Joyce Eloi dos Santos, aos 13 anos. Hoje, aos 21, vimos que Joyce continua no candomblé, mas interrompeu os estudos em função do filho Pablo, de 1 ano. “*Ano que vem eu continuo*”, garante. Ela diz que a escola não mudou e que ao longo de toda sua adolescência teve de conviver com alguma discriminação. Joyce lembra, por exemplo, que, na quinta série, uma professora a chamou na frente da sala de aula para comentar uma prova. Joyce conta que, se um dia fosse com uma camisa de manga mais curta para escola (nos dias de educação física, por exemplo), tinha de esconder as “curas” de seu braço esquerdo com a mão direita (isso significava andar o tempo

inteiro com a mão direita no ombro esquerdo), mas se descuidou para segurar a prova. De acordo com ela, a professora fez um escândalo dizendo: *“Menina! O que é isso no seu braço?”* Para evitar uma possível repreensão, Joyce mentiu e disse que a mãe agrediu com uma gilete. *“Mas como sua mãe te bateu tão certinho assim?”* perguntou a professora. *“Daí gelei e sentei bem rápido para sair daquela situação. A professora me olhou sabendo que eu estava mentindo. Na verdade, todos perceberam e acabei me sentindo muito envergonhada”*.

“A escola não mudou não, mas eu mudei”, diz Joyce, e continua: *“Hoje não me sinto tão incomodada. Primeiro porque as marcas quase não aparecem mais, depois porque assumo mais que sou da macumba mesmo! Nunca pensei em deixar minha religião. Acho que o preconceito contra a religião é um preconceito contra os negros. As pessoas me apontavam na rua e também na escola e diziam: Isso é coisa de negro!”*, conta. Perguntei a Joyce se alguma vez, algum professor ou professora interferiu para repreender uma situação como essa. *“Não, nunca”*, respondeu-me ela.

Apesar de dizer que mudou e afirmar que assume mais sua religião, Joyce revela que assume que é do candomblé apenas fora da escola. *“Lembra que eu te disse uma vez que escondia as marcas desde cedo? Quando eu voltar para a escola vou dizer o que sempre disse, que sou católica. É porque eu mudei, mas fora da escola, não dá para mudar dentro da escola porque a escola não mudou”*, diz Joyce.

5.2 – Hoje como ontem

Na fala de Joyce percebo duas questões: a primeira é que ela repete o violento mecanismo de proteção que, como vimos no capítulo dois dessa pesquisa, os negros na época da escravidão utilizavam. Ou seja, omite sua religião, disfarça sua fé para não ser perseguida. Esse mecanismo, cruel que fez com que Joyce tenha preferido dizer que apanhara da mãe ao invés de dizer que é praticante do candomblé, é utilizado por quase todas as crianças e adolescentes que entrevistei ao longo desse tempo. A segunda é que Joyce associa o

preconceito religioso ao preconceito racial: “*As pessoas me apontavam na rua e também na escola e diziam: Isso é coisa de negro!*”, diz ela.

O preconceito racial na escola foi pesquisado pela professora Eliane Cavalleiro, por ocasião de seu ingresso no Núcleo de Pesquisas e Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro, da Universidade de São Paulo (NEINB-USP), aliado, segundo Cavalleiro, à sua experiência profissional em uma escola de educação infantil por mais de quatro anos. De acordo com Cavalleiro (2000), seu trabalho¹ se insere no conjunto de pesquisas já realizadas com o objetivo de reunir informações sobre negros no sistema de ensino e subsidiar estratégias que elevem a auto-estima de indivíduos pertencentes a grupos discriminados e criar condições que possibilitem a convivência positiva entre as pessoas. Em especial, tornar a escola um espaço adequado à convivência igualitária. Cavalleiro verificou que, no que diz respeito à educação, o quadro geral do racismo no Brasil também se mostra desvantajoso para o segmento negro da população.

De acordo com diversos estudos nas escolas brasileiras, o racismo aflora de inúmeras formas, ocultas ou não. Conseguir lançar alguma luz sobre os conflitos étnicos no âmbito da educação escolar representa o interesse central de muitos pesquisadores que estudam essa questão. (Cavalleiro, 2000, p.32)

Para Cavalleiro, o silêncio dos professores perante as situações de discriminação impostas pelos próprios livros escolares acaba por vitimar os estudantes negros.

Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como estar contribuindo para a formação de crianças e adolescentes brancos com um sentimento de superioridade. (op.cit, p.33).

Cavalleiro afirma que, os estudos apresentados, Silva (1995), Gonçalves (1987), Oliveira (1992) Hasenbalg (1990), entre outros, evidenciam o fato de o sistema formal de educação ser desprovido de elementos propícios à identificação positiva de alunos negros com o sistema escolar. Para a pesquisadora, esses estudos demonstram a necessidade de uma ação pedagógica de combate ao

¹ A autora desenvolveu pesquisa em uma escola municipal de educação infantil, localizada na região central de São Paulo, que recebe diariamente 500 crianças com idade entre quatro e seis anos. A observação sistemática do cotidiano escolar, segundo a autora, foi realizada pelo período de oito meses.

racismo e aos seus desdobramentos, tais como preconceito e discriminação étnicos, que podem, afirma, estar ocorrendo no cotidiano escolar, provocando distorções de conteúdo curricular e veiculando estereótipos étnicos e de gênero, entre outros, por intermédio dos meios de comunicação e dos livros didáticos e paradidáticos. Veremos não só na fala de Joyce, mas também na fala das outras crianças entrevistadas que o sistema formal de educação ao discriminar o candomblé contribuí ainda mais para aumentar a dificuldade de identificação positiva de alunos e alunas negras com a escola. Pior, contribui para a discriminação sofrida por esses alunos e alunas. A hipótese que defendo é que essa situação de discriminação aumentou depois da aprovação da Lei de Ensino Religioso no Estado do Rio de Janeiro.

5.3 - Jailson: *Nunca me discriminaram, a não ser aquele preconceito normal*

Também naquela época, Jailson dos Santos, irmão de Joyce, aos 12 anos, dizia: “*Sou omoisan, mas na escola eu não digo que sou*”. Hoje, aos 20 anos, Jailson pensa da mesma forma, mas afirma que nunca se sentiu discriminado na escola. “*A não ser aquele preconceito normal*”. “*Como assim, preconceito normal?*” pergunto. “*De me chamarem de macumbeiro e de acharem que macumbeiro sempre está pronto para fazer mal para alguém*”. Para Jailson, antigamente o preconceito era maior. Pergunto como é que ele verifica isso e ele responde: “*Não falo que sou do candomblé. Se ninguém souber, ninguém discrimina*”, diz. Na escola, quando perguntam a Jailson qual a sua religião ele não tem dúvidas e responde da mesma forma que sua irmã Joyce: “*Sou católico*”. A estratégia adotada pelos dois irmãos é a mesma: o silêncio, lembremos que Jailson desempenha duas importantes funções no candomblé, é ogan e omoisan. O que assusta ainda mais na fala de Jailson é o que ele chama de “*preconceito normal*”. Para Cavalleiro, a não-percepção do racismo por parte das crianças (neste caso de um jovem) também está ligada à estratégia da democracia racial brasileira, que nega a existência do problema.

A ausência do debate social condiciona uma visão limitada do preconceito por parte do grupo familiar, impedindo a criança de formar uma visão crítica sobre o problema. Tem-se

a idéia de que não existe racismo, principalmente por parte dos professores, por isso não se fala dele. Por outro lado, há a vasta experiência dos professores em ocultar suas atitudes e seus comportamentos preconceituosos, visto que estes constituem uma prática condenável do ponto de vista da educação. (ibidem).

Uma das conseqüências mais perversas do preconceito é que ele se naturaliza, ou seja, passa a ser visto como normal tanto para quem promove como para suas vítimas. Só que as conseqüências de dor, frustração e baixa auto-estima ficam com os vitimizados.

5.4 – Em 1996, na escola de Jailson e Joyce

Obviamente não foi à toa que Jailson e Joyce foram, enquanto cresciam, desenvolvendo essa estratégia do silêncio com relação à comunidade e também à escola. Em 1996², visitei a Escola Estadual Ary Tavares, em Nilópolis, na Baixada Fluminense, onde os dois irmãos estudavam. Depois de observar um conselho de classe, com um total de 14 professores (quinta a oitava série), realizei uma entrevista com o grupo e constatei porque Joyce e Jailson preferiam esconder sua religião. Vale dizer ainda que o conselho de classe foi aberto com um texto do Padre Zezinho, autor de várias músicas católicas. Eis o resultado da entrevista com o grupo:

Dos 15 professores, nove responderam que nunca pensaram sobre crianças no candomblé porque não acreditam que existam crianças que freqüentem ou pratiquem candomblé na escola. Uma das entrevistadas afirmou: “*Não temos crianças com esse problema aqui escola*”, a maioria é católica. Cinco professores afirmaram que acham “um absurdo” que crianças pratiquem candomblé. “*As crianças não devem ser induzidas à macumba só porque os pais freqüentam*”, respondeu uma professora. Perguntei a esta professora se os pais católicos também não “induziam” seus filhos ao catolicismo quando os batizavam, os levavam às missas, os colocavam no catecismo para a Primeira Comunhão,

² Importante ressaltar que nesse tempo, a lei do ensino religioso ainda não vigorava no Rio de Janeiro.

etc. A professora respondeu: *“Mas o catolicismo não é coisa do Diabo, é a religião normal”*, disse ela.

Perguntei ao grupo o que achavam da discussão da lei do ensino religioso e se eles aprovavam o ensino religioso para as escolas. Treze professores responderam que aprovam o ensino religioso para as crianças, desde que este excluísse “seitas” como a “macumba”, por exemplo. *“O que deve ser ensinado é o catolicismo e as religiões evangélicas”*, afirmou uma professora. E uma outra comentou: *“Os macumbeiros que me perdoem, mas nos terreiros só acontece sexo”*, declarou. Perguntei a essa professora se alguma vez ela tinha visitado ou freqüentado terreiros e ela respondeu que não. A mesma professora disse que *“tentaria tirar da cabeça de qualquer aluno seu, essa idéia de macumba”*. Perguntei como ela pretendia fazer isso. *“Lendo a bíblia todos os dias na escola”*, respondeu.

Apenas um professor disse que todas as religiões devem ser respeitadas na escola, inclusive se a lei do ensino religioso for aprovada (na época ainda não era). Ressalto ainda que verifiquei que as datas religiosas comemoradas pela escola são a Páscoa e o Natal e que, nos painéis fixados nas paredes da escola as mensagens são todas das Edições Paulinas e havia cartazes também da Campanha da Fraternidade, da Igreja Católica.

É importante dizer que as entrevistas com os professores descritas acima foram feitas em 1996, antes da aprovação da Lei 3459 que instituiu o ensino religioso confessional por credo nas escolas públicas do estado do Rio de Janeiro. As entrevistas com Jailson e Joyce foram feitas antes e depois da lei, mas, nesse caso, esse fato não altera nossa análise já que Joyce não está estudando no momento e, na escola de Jailson, a lei ainda não foi aplicada.

O que segue agora é: primeiro uma diferenciação entre o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sobre o ensino religioso e o que diz a Lei 3459, aprovada no Rio de Janeiro. Na seqüência, o que diz a Coordenadora do Ensino Religioso no Rio de Janeiro, defensora da lei e o que diz o Deputado Estadual Carlos Minc, crítico da lei. Em seguida apresento os resultados da observação na Escola Estadual João da Silva, mediada pelas falas

de três professoras de ensino religioso dessa escola e das alunas Michele e Alessandra, alunas dessa instituição. Seguem também resultados de outras nove entrevistas realizadas com professores de ensino religioso do Estado.

5.5 - O ensino religioso no Rio

Antes de tudo, vamos às diferenças entre a LDB e a Lei do Estado do Rio de Janeiro. Veremos que aparentemente, a principal diferença é que o Estado do Rio prevê o ensino confessional, separado por religiões formais/registradas, o que não é previsto na regulamentação federal.

Artigo 33, de 1997, da LDB - Diretrizes e Bases da Educação Nacional do MEC sobre o ensino religioso:

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

I - Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

II - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Lei nº 3.459, de 14 de setembro de 2000, do ex-deputado Carlos Dias, que passou a vigorar em março de 2002, durante o governo de Anthony Garotinho, marido da atual governadora Rosinha, ambos presbiterianos:

Art. 1º - O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina obrigatória dos horários normais das escolas públicas, na Educação Básica, sendo disponível na forma confessional de acordo com as preferências manifestadas pelos responsáveis ou pelos próprios alunos a partir de 16 anos, inclusive, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Rio de Janeiro, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Parágrafo único - No ato da matrícula, os pais, ou responsáveis pelos alunos, deverão expressar, se desejarem, que seus filhos ou tutelados freqüentem as aulas de Ensino Religioso.

Art. 2º - Só poderão ministrar aulas de Ensino Religioso nas escolas oficiais, professores que atendam às seguintes condições:

- I - Que tenham registro no MEC, e de preferência que pertençam aos quadros do Magistério Público Estadual;
- II - Que tenham sido credenciados pela autoridade religiosa competente, que deverá exigir do professor, formação religiosa obtida em Instituição por ela mantida ou reconhecida.

Art. 3º - Fica estabelecido que o conteúdo do ensino religioso é atribuição específica das diversas autoridades religiosas, cabendo ao Estado o dever de apoiá-lo integralmente.

Art. 4º - A carga horária mínima da disciplina de Ensino Religioso será estabelecida pelo Conselho Estadual de Educação, dentro das 800 (oitocentas) horas-aulas anuais.

5.5.1 – A polêmica

Em janeiro de 2004, foi realizado concurso público e foram aprovados 1299 professores de ensino religiosos. O concurso oferecia 500 vagas, todas preenchidas. Esses professores se somaram aos 364 professores que, amparados pelo Decreto 31086 de 2002, do então governador Anthony Garotinho, foram desviados de outras disciplinas e já lecionavam educação religiosa.

Entrevistei a Coordenadora de Ensino Religioso no Rio de Janeiro, católica, que também realizou este concurso, e que foi nomeada para o cargo pela Cúria Diocesana do Rio. De acordo com a coordenadora, a legislação referente ao ensino religioso remonta a 1934. De lá para cá, uma série de leis foram sendo reelaboradas, mas sempre aparecendo na escola em caráter facultativo. Para ela, a novidade da Lei do ex-deputado Carlos Dias, é a oficialização do cargo de professor de ensino religioso dentro do quadro do magistério público.

A coordenadora informou que, dos professores aprovados, 68,2% ministram aulas da religião católica. Em seguida vem os evangélicos (26,31%) e os de “outras religiões” (5,26%). De acordo com a coordenadora, essa divisão foi realizada com base em pesquisa feita em 2001, na rede pública de ensino estadual, que teria revelado que havia 65% de alunos católicos, 25% evangélicos, 5% de outras religiões e 5% sem credo. Segundo a coordenadora, nesses 5% de outras religiões estão a umbanda (com 5 professores contratados), o espiritismo, segundo Alan Kardek (com 3 professores contratados), Igreja Messiânica (com 3 professores contratados) e Mórmons (com 1 professor contratado).

Ainda de acordo com a coordenadora, 24 professores de “outras religiões” foram aprovados, mas apenas esses 12 conseguiram credenciamento, obtido segundo alguns critérios. “*O credo para ser aprovado precisava cultuar ao Deus único, ter CNPJ e estatuto de funcionamento*”, disse ela. Para explicar porque o candomblé ficou de fora, a coordenadora resumiu: “*Não temos registro na pesquisa realizada em 2001 de alunos que praticam candomblé*”. Perguntei a coordenadora se ela tinha conhecimento de que, historicamente, as pessoas que cultuam o candomblé omitem sua opção religiosa por medo de serem discriminadas. Ela disse que sim e que isso era um problema, mas que era difícil

mudar essa realidade. Por fim, perguntei à coordenadora que resultados ela espera da lei. *“Que um dia todos nós olhemos nossos alunos de credos diferentes e possamos dizer: vejam como se amam!”*, respondeu.

Em artigo publicado no Jornal O Globo, em 1 de abril de 2005, o Deputado Estadual Carlos Minc (PT-RJ) diz que o governo do Rio sancionou uma lei completamente inconstitucional que fere o princípio do Estado laico, separado das Igrejas. *“Assistimos a pregação religiosa em escolas públicas, financiada com recursos dos impostos pagos por todos os cidadãos. Tentamos a via judicial para derrubar a lei, mas só conseguimos adiar o concurso para professores que finalmente aconteceu por iniciativa da governadora”*, diz o artigo.

A Coordenadora de Ensino Religioso do Rio garante que não haverá pregação e que, enquanto a Secretaria de Educação não separar organizadamente as classes para que cada aluno de determinada religião assista às aulas de sua religião exclusivamente, os professores ensinarão apenas “valores e ética”.

Em seu artigo, o Deputado Carlos Minc diz: *“Somos favoráveis a que os alunos estudem a história, a filosofia, a ética e os valores das religiões, o que é diferente de termos padres, pastores e rabinos na condição de funcionários públicos pregando suas doutrinas em salas de aula”*. O deputado informa ainda que juntos, seu gabinete e o Sindicato dos Professores do Rio (SINPRO), obtiveram liminares contra o edital “inquisitorial”, mas o governo conseguiu cassá-las. De acordo com o parlamentar, eles também contataram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE), que ingressou na Justiça Federal pela inconstitucionalidade desta lei, que, de acordo com o deputado, torna o Rio um estado confessional. Segundo Minc, a LDB prevê o ensino de caráter inter-religioso, não confessional e veda o proselitismo. Determina ainda o concurso como único critério de ingresso, o que coloca na ilegalidade o obrigatório credenciamento de autoridades religiosas; institui o sistema público de ensino, e não as igrejas, como a entidade definidora dos currículos dos cursos.

O deputado conclui seu artigo dizendo que o Rio estabeleceu um sistema próprio que desobedece frontalmente a diretriz da LDB para todo país. *“Nós temos*

resistido há três anos a esta versão fundamentalista, em conjunto com o Movimento Inter-religioso, que congrega 26 denominações religiosas e que defende o ensino religioso amplo, não confessional, nos termos da LDB. Aprovamos na ALERJ um projeto que adequou a lei aos princípios constitucionais e à LDB, por 48 votos apenas contra dois, dos deputados Otávio Leite (PSDB) e Alessandro Molon (PT). A governadora vetou a lei e acionou a máquina, que manteve o veto. Alertamos o ministro da Educação, Tarso Genro, de que parte do repasse federal para a educação do Rio, ao invés de suprir carências estruturais financia a pregação religiosa ilegal nas escolas públicas. O ministro ficou escandalizado e prometeu estudar medidas. Segue a luta pelo estado laico e pela liberdade religiosa, sem volta à Idade Média”, finaliza o artigo.

5.6 - Observações na Escola Estadual João da Silva

Disse na introdução dessa pesquisa que observei a Escola Estadual João da Silva, em que estudam 1140 alunos, entre eles, as irmãs Michele e Alessandra dos Santos, praticantes de candomblé. Entrevistei três, das quatro professoras de religião da João da Silva. Entrevistei também a diretora geral dessa escola e sua diretora adjunta do turno da tarde, turno de Michele. Freqüentei a escola de setembro de 2004 a abril de 2005 para marcar e realizar as entrevistas, para desenvolver observações (das quais não constaram observação das aulas) e para participar de algumas atividades. É sobre essas observações e entrevistas realizadas que me deterei agora por algum tempo.

5.6.1 – O que acontece na prática?

A diretora da escola, em uma de nossas conversas, me disse que a maioria dos alunos de sua escola é católica e que não tem conhecimento sobre a existência de alunos de candomblé na Escola Estadual João da Silva. “*Pode ser que as professoras de religião saibam, mas eu desconheço*”. As quatro

professoras de religião da escola observada são evangélicas. Mas, para a diretora, o ensino religioso não deve estar direcionado para nenhuma crença específica, pelo menos por enquanto, porque a Secretaria de Educação e as escolas ainda não sabem como farão para dividir os alunos especificando-os por suas religiões. A fala da diretora confirma o que disse a Coordenadora de Ensino Religioso do Estado, ou seja, por enquanto, todos os alunos, independente de credos, assistem a uma única aula de religião.

Em tese, tanto a diretora da escola como a coordenadora do estado afirmam: “*só passamos valores*”. Mas será que é isso que acontece na prática? E se for, que “valores” são esses?

A diretora me disse também que, logo que a lei foi aprovada a escola passou a oferecer o ensino religioso. Contudo, disse-me a diretora, muitos pais a procuraram reclamando porque discordavam dessa disciplina. “*Mas é lei e não podemos deixar de aplicar*”, respondia aos pais insatisfeitos.

Outro detalhe verificado é que como o ensino religioso não é obrigatório, a Secretaria de Educação determina que as escolas deverão organizar atividades durante esse tempo para que, os alunos que não quiserem ter aulas de religião, ocupem o tempo em algo produtivo. Isso também não ocorre, pelo menos nessa escola observada (e as entrevistas com professores de outras escolas também revelaram a mesma coisa). Assim, de acordo com os entrevistados, quase 100% dos alunos freqüentam as aulas também porque não podem ficar circulando pelos corredores ou com tempo vago. Uma das professoras de religião da João da Silva me disse ainda que: “*Para os alunos do turno da manhã, porque são menores, digo que as aulas são obrigatórias. No turno da noite eles já são maiores aí não tem como, digo que não são obrigados e quem não quer assistir fica fora da sala, saem da escola nesse tempo e voltam depois. Mas a maioria assiste*”, afirmou.

5.6.2 – Pai-nosso na hora da entrada

Já a subdiretora do turno da tarde, informou ter realizado uma pesquisa em seu turno há dois anos. De acordo com ela, os dados revelaram que, nesse

período, a maioria dos alunos é evangélica, mas a subdiretora acredita que, atualmente, metade dos alunos seja católica e metade seja evangélica sendo que estes, das mais diversas designações. A subdiretora me disse ainda que sua pesquisa revelou a existência de um aluno mórmon, alguns espíritas kardecistas e “*uns doiszinhos de candomblé*”.

Católica praticante, a subdiretora instituiu em seu turno que, no horário da entrada, todos os alunos, em fila, devem rezar o “Pai-Nosso”. Pergunto porque é importante rezar essa oração. “*Justamente para que os alunos permaneçam em postura de oração, em silêncio e em paz durante todo o turno*”, acredita. Para a subdiretora, esta oração é universal, unifica a todos os brasileiros e não exclui a minoria que pratica candomblé. “*Aqui nessa escola a religião de todos os alunos é respeitada, inclusive as do candomblé que freqüentam terreiro porque não podem pagar psicólogo e lá a terapia é barata*”, afirmou.



Uma das professoras do turno da tarde, na Escola Estadual João da Silva, reza o Pai-Nosso. Normalmente a função é exercida pela sub-diretora do turno.

5.6.3 - A invisibilidade de Michele e Alessandra

Vimos que as irmãs Michele e Alessandra inventam estratégias para se tornarem invisíveis. Ou seja, na comunidade em que moram já chegaram a assumir e freqüentar outra religião para serem aceitas. Vimos também que ambas acreditam que só não são mais discriminadas na escola porque também escondem que são do candomblé. Segundo Michele, nas aulas de religião, sua professora, que é evangélica, muitas vezes repete que *“os evangélicos são bons, que a macumba é ruim e que na macumba só tem diabo”*. Michele afirma que não liga para o que a professora diz. *“O que importa é o que eu penso, não o que os outros pensam de minha religião”*, garante. Apesar disso, Michele acha que seria bom se houvesse espaço para o candomblé na escola que freqüenta, mas, mesmo se houvesse, ela afirma que não ousaria ocupá-lo porque sentiria vergonha e medo de ser discriminada.

“Quando fiz minha obrigação de ekedi foi durante as férias escolares, mas pegou um pedaço já das aulas e precisei faltar uns dois ou três dias. O que eu podia dizer? Que ia fazer obrigação de santo? Claro que não! Disse que estava com hemorragia e consegui um atestado. Mas, para meu azar, a turma achou de vir me visitar. Quando a gente faz obrigação usamos em cada braço, por três meses, um contra-egún, que é um trançadinho de palha da costa que nos protege do mal porque ficamos com o corpo muito aberto. É preciso usar um também em volta da cintura. Não pode tirar, mas para ninguém zoar a gente, quando vamos para a escola tiramos e, quando voltamos, recolocamos. No dia da tal visita, eles chegaram sem avisar, corri e tirei apenas de um dos braços, esqueci de tirar o outro. Pra quê? Assim que eles abriram a porta enxergaram a mentira e me zoaram: macumbeira! Tava fazendo o santo! Mentirosa! Ninguém nem perguntou pela doença, desceram as escadas gritando que eu era macumbeira. É o que eu digo: ninguém merece!”

Michele afirma ainda que, a necessidade de usar roupa branca durante três meses depois da saída do recolhimento é outro problema na escola. *“Como é que vamos para a escola toda de branco? Não dá. Então a gente usa branco em casa*

e na rua e, para ir para a escola, com a blusa não tem problema, já que ela é branca, mas a calça, tivemos de comprar um jeans bem mais claro. Aí acaba que usamos branco por menos tempo que o obrigatório”, diz a ekedi.

Alessandra diz que sua professora de religião fala só dos evangélicos e católicos. Pergunto se ela gostaria que falassem do candomblé. *“Não! não gostaria!”*, diz ela rapidamente. *“Por que?”* insisto. *“Por que eu teria muita vergonha!”* Tanto Michele como Alessandra dizem que são católicas na escola. Para elas, os alunos católicos e evangélicos não precisam esconder suas religiões e a explicação é a mesma para ambas. *“Porque católico é católico e macumbeiro é macumbeiro. Eles são aceitos, nós não!”* Dona Conceição discorda do comportamento das filhas: *“Acho que elas deveriam assumir nossa religião, mas penso que a escola contribui para que elas sintam mais vergonha. Se a escola resolveu falar de religiões, ela devia falar de todas as religiões”*, afirma.

5.6.4 – Seleção de conteúdo privilegia católicos e evangélicos

Uma entrevista com uma das professoras de ensino religioso da escola João da Silva mostra ainda mais a invisibilidade de Michele e Alessandra na escola. Pergunto como ela define o conteúdo de suas aulas. Ela responde que seu objetivo não é pregar sua religião (evangélica): *“O que faço é selecionar o que há de comum entre a religião católica e a evangélica, que representam a maioria e apresento em sala de aula”*. Perguntei a esta professora (selecionada neste concurso) se ela tinha alunos de candomblé ou de outra religião afro-descendente. Ela me respondeu que sim, mas que a sua estratégia utilizada em sala de aula passava por não abordar o candomblé para não gerar polêmicas entre os alunos. *“Usando a bíblia dá para achar pontos comuns entre os católicos e os evangélicos. Com os que praticam religiões como candomblé não dá. Pode ser que um dia eu mude de estratégia, mas, por enquanto, essa foi a melhor que encontrei para evitar constrangimentos”*, revela.

Para uma outra professora de religião da João da Silva (esta no estado há 25 anos), o ensino religioso é “um molde”. *“Faço com que eles se tornem automáticos. Olho para eles e eles sabem como devem se sentar. Peço silêncio e*

eles se calam. Falo baixo, a atitude de oração é essa”, diz a professora, também evangélica. A respeito do conteúdo de suas aulas, a professora diz que segue a orientação da Secretaria de Educação, ou seja, *“passa valores”*. Pergunto que materiais e textos ela utiliza para as aulas e ela responde: *“Textos de revistas, jornais e muita coisa do Padre Marcelo Rossi. Sou evangélica e um pouco católica”*, explica.

Essa professora me diz que não revela a seus alunos que o ensino religioso não é obrigatório e reclama de um professor de história, da mesma escola, que disse aos alunos que eles não são obrigados a frequentar essas aulas. *“Achei que foi muita falta de ética dele. Afinal, o ensino religioso não molda só para a religião, molda os alunos para todas as disciplinas, inclusive a dele. Ele não deveria ter falado”*, afirma. Pergunto a esta professora se ela tem alunos de religião afro-descendente. Ela diz que sabe que tem, mas que eles sentem dificuldades em assumir suas religiões. *“Sentem vergonha. Às vezes eles não são, mas os pais frequentam e eles também se envergonham”*. Pergunto se ela não poderia ajudar a diminuir esse sentimento de vergonha. *“Não tenho conhecimento dessas religiões, não poderia ajudar”*, responde.

5.6.5 – Conversão comemorada

Disse que entrevistei três, das quatro professoras de ensino religioso da João da Silva.³ A última entrevista foi realizada com uma professora também evangélica, há 36 anos no Estado e há quase 10 anos como professora de ensino religioso. Da mesma forma, pergunto como esta professora define seus conteúdos para a disciplina. *“A minha meta é levar a palavra de Deus. Do Deus único, criador do mundo e de tudo o que existe nele”*, responde. Pergunto também se ela tem conhecimento da existência em sala de aula de alunos de religiões afro-descendentes, como o candomblé, por exemplo. *“Não pergunto, mas sei que eles existem. À noite tem até um que fica batucando pontos de macumba na mesa.*

³ Informo que, já ao final da pesquisa, uma professora de ensino religioso havia saído assim, a escola permaneceu com três professoras dessa disciplina e as três foram entrevistadas.

Esse, no primeiro dia de aula saiu e disse que não assistiria minhas aulas, mas acabou voltando e pegou o texto que distribuí”, disse-me ela.

Pergunto a professora qual o conteúdo de seus textos, desse, por exemplo, que deu a esse aluno. *“Era o texto ⁴‘Você é muito importante para mim’, que fala de Jesus Cristo e do quanto ele nos ama e nós não percebemos”, respondeu.* Pergunto também porque ela acha que os alunos que inicialmente se recusam a assistirem as aulas, *“acabam voltando”. “Porque quando somos tolerantes, eles entendem que estavam errados, no caminho errado”, afirma. “Então o ensino religioso é uma conversão?”* pergunto. *“Não é que deva ser, mas acaba sendo. Ano passado, por exemplo, eu tinha uns oito ou dez alunos do candomblé que depois vieram me dizer que se tornaram cristãos. Eles mesmos entendem que estavam errados, é como eu disse”, revela a professora.*

⁴ O texto está anexado no corpo desta pesquisa

VOCÊ É MUITO IMPORTANTE PARA MIM

Você é muito importante para mim.
 Você corre, almoça, trabalha, canta, chora, ama.
 Você sorri, mas nunca me chama.
 Você se entristece, mas depois se acalma, mas nunca me agradece.
 Você caminha, sobe, desce escada e nunca se preocupa comigo.
 Você tem tudo e não me dá nada.
 Você sente amor, ódio, sente tudo, menos minha presença.
 Você tem sentidos perfeitos, mas nunca os usa por mim.
 Você estuda e não me entende, ganha e não me ajuda, canta e não me alegra.
 Você é inteligente e não sabe nada de mim.
 Você reclama dos meus tratos, mas não valoriza o que eu faço por você.
 Se você está triste, me culpa por isso, mas se está alegre, não me deixa participar de sua felicidade.
 Você conhece tanta gente importante, mas não conhece a mim, que o considera tão importante.
 Você faz o que os outros ordenam, mas não faz o que eu lhe peço com humildade.
 Se você não subiu na vida, descarrega sobre mim toda sua ira, mas se você é importante pisa nos menos favorecidos.
 Você quebra tantos galhos, mas não tira um espinho de minha testa.
 Você entende todas as transações do mundo, mas não entende minha mensagem.
 Você reclama tanto da vida, mas não sabe que a minha vida é triste por sua causa.
 Você baixa os olhos quando um superior lhe fala, mas não levanta esses mesmos olhos quando lhe falo de meu amor.
 Você fala às pessoas e não sabe que conheço toda sua vida.
 Você enfrenta muitos obstáculos na vida, é forte, mas que pena, embora não admita sei que você tem medo de mim.
 Você defende seu time, seu ator, mas não me defende no meio de seus amigos.
 Você corre com seu carro, mas nunca corre para meus braços.
 Você não sente vergonha ao se despir perante alguém, mas sente vergonha ao tirar sua máscara diante de mim.
 Você costuma "às vezes" falar do que fez, mas nunca me deu oportunidade de falar o que você fez.
 Você é um corpo no mundo, e eu sou um mundo em seu corpo.
 Eu sou alguém que todos os dias bate á sua porta e pergunta : Tem um lugar para mim na sua casa, na sua vida, no seu coração?
 Eu estou presente nesta linhas que você por curiosidade começou a ler.

Texto distribuído por uma das professoras de Ensino Religioso.

5.6.6 – A exclusão que não se esconde

Conversando com a subdiretora da Escola Estadual João da Silva e com suas professoras de ensino religioso, percebi que suas práticas são construídas com dois eixos: um visível e um segundo submerso, negado e contraditório. O primeiro eixo visível verifico tanto nas entrevistas com a subdiretora e com as professoras, mas apoiada em Forquin: *“Ninguém pode ensinar verdadeiramente se não ensina alguma coisa que seja verdadeira ou válida a seus próprios olhos”*. (Forquin, 1993, p.9). Para Forquin, a noção de valor intrínseco da coisa ensinada, tão difícil de definir e de justificar quanto de refutar ou rejeitar, está, de acordo com ele, no próprio centro daquilo que constitui a especificidade da intenção docente como projeto de comunicação formadora.

Católica praticante, a subdiretora acredita fervorosamente que rezar o Pai-Nosso, todos os dias, na entrada da escola faz com que, segundo ela, *“os alunos se mantenham em atitude de oração, façam silêncio e estabeleçam unidade com Deus”*, valores verdadeiramente caros para ela e nos quais ela acredita, mas não necessariamente caros para todos os alunos e todos os professores e professoras da escola.

O segundo eixo que defino como fundamental na construção da fala e postura da subdiretora, mas que é submerso, negado por ela e contraditório, é o eixo que discrimina e exclui. Verifico esse eixo porque, em primeiro lugar, a subdiretora não vê problema em rezar o Pai-Nosso, que, segundo ela, é uma oração universal *“e unifica a todos os brasileiros”*. Para o candomblé, por exemplo, não é. Mesmo assim, toda a escola em seu turno reza a oração, o que talvez não faça o menor sentido para muitos professores e professoras e que certamente, não faz sentido para Michele ou Alessandra, por exemplo.

Pensando com d’Adesky, quando se estabelecem trocas com o modo espacial dominante, percebido como princípio de organização e desenvolvimento, estas se realizam pela exclusão de traços fundamentais da cultura afro-brasileira, salvo, segundo ele, a inclusão de alguns caracteres esparsos.

Essa relação de exclusão e inclusão engendra um modo perverso de espacialização que inscreve as representações coletivas segundo o modo dominante. Em outras palavras, o modo de representação afro-brasileira fica na situação de subordinado diante do modo dominante devido ao seu menor grau de domínio do espaço público, o que se traduz como falta de poder. (d'Adesky, 2001, p. 131).

É esse modo perverso de espacialização que considero ter sido reforçado pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro ao estabelecer o ensino religioso no Estado sendo a imensa maioria dos professores contratados católica seguida de evangélicos. Esse mecanismo, inquestionável para a maioria dos professores faz com que os professores de ensino religioso dessa escola sigam convertendo ou tentando converter seus alunos, embora digam que apenas “*passam valores*”. Esse mesmo mecanismo faz com que Michele que, na sala de sua casa onde me recebeu para as entrevistas e se enchia de orgulho e força para dizer “*Sou negra e tenho orgulho da minha religião que é negra!*”, ir abaixando a voz quando começa a falar da escola e silencie totalmente na sala de aula. A escola ajuda Michele a silenciar, inclusive, em sua própria comunidade e a continuar escondendo sua fé como os negros escondiam há anos.

5.6.7 – Uma experiência outra

No dia 1 de dezembro de 2004 eu estava na Escola João da Silva para mais uma visita, queria marcar uma entrevista com a última professora de ensino religioso que faltava. Na secretaria, olho distraidamente para o lado e vejo um pequeno cartaz: “Oficinas de Multiculturalismo, dia 1/12”. Surpresa, perguntei do que se tratava e a subdiretora informou que ela e outra professora do turno da noite (de português, não de ensino religioso) haviam organizado uma oficina com o ator Aroldo Macedo que, junto com o jornalista Oswaldo Faustino, criaram o gibi “Luana e sua turma”. Luana é negra e seria a primeira heroína negra da história em quadrinho brasileira. Obviamente fiquei na escola o dia inteiro porque as palestras seriam à tarde e à noite. Nesse dia também notei que, por conta do dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, havia um grande mural no segundo andar da escola com referências positivas aos negros.

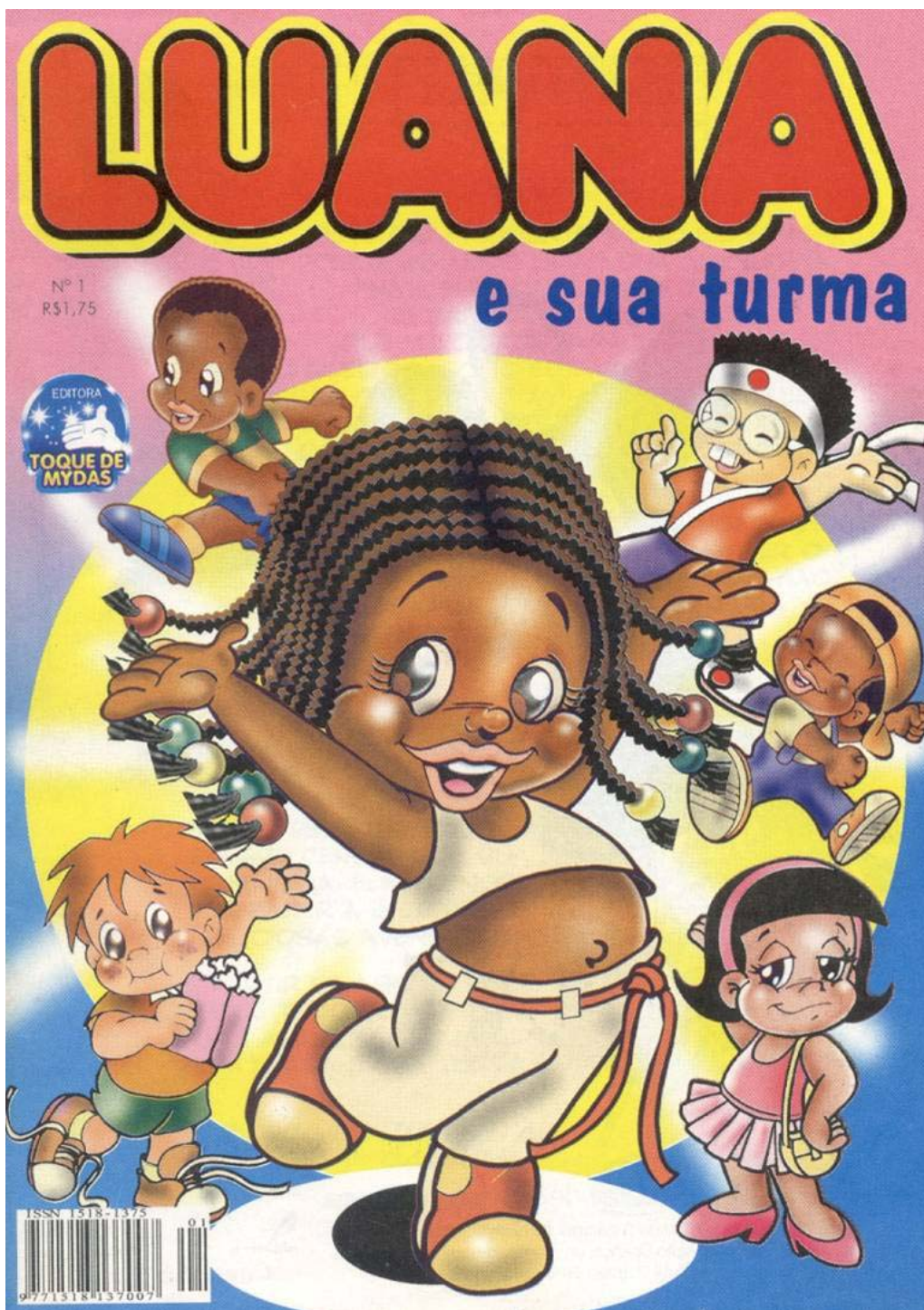
A primeira coisa que noto é que a divulgação da atividade foi bastante precária. No turno da tarde, a subdiretora saiu para buscar alunos de sala em sala, na hora da atividade. A oficina aconteceu na biblioteca da escola e eu mesma fiquei “tomando conta” das crianças que ela ia trazendo enquanto saía para chamar outras. Enquanto isso, os palestrantes aguardavam. À tarde, a subdiretora fez tudo sozinha. Em um dado momento, me falou ao ouvido: “*Não coloca aquilo que disse sobre o candomblé não. É racismo não é? Então não coloca*”. Não respondi nada.

A palestra aconteceu de forma bastante positiva. Os criadores da revista explicaram que nos gibis brasileiros, de personagens negros existem *Pelezinho*, associado, claro, ao mito Pelé e o *Cascão*, que é negro, sujo, e não gosta de banho. “*Por isso inventei uma heroína negra*”, disse Aroldo Macedo, que é diretor-responsável pela publicação. Na introdução do primeiro número da revista, Aroldo explica que a personagem Luana tem 8 anos, é capoeirista e usa seu berimbau mágico para combater, junto com sua turma, o vilão *Fumaça Mortal*, para que ele não faça nada de mau com as pessoas e com a natureza. Ao final de cada número, a revista traz ainda “*Causos da vovó Josefa*”, em que Luana ouve de sua avó, histórias da África.

Na oficina da tarde ocorreu um episódio que vale à pena comentar. Uma menina branca, bastante falante, dizia a todo momento. “*Aqui na turma do lado tem uma menina igualzinha a Luana e que o nome dela também é Luana*”. Ela estava tão empolgada que Aroldo pediu para ela ir buscar a colega e Luana veio. De fato, a aluna Luana é negra, bem parecida com a personagem Luana da nova revista, inclusive a forma como trança e prende os cabelos e a idade. Aroldo aproveita para discutir com o público (formado por uns 30 alunos, de várias turmas e entre 6 e 10 anos, aproximadamente). Aroldo pergunta então para a turma: “*De que cor é Luana?*” No início, ninguém responde e o silêncio fica constrangedor. Ele insiste: “*Vamos gente, de que cor é Luana?*” A menina branca e falante que foi buscar a amiga responde: “*É moreninha!*”. Aroldo pergunta a essa menina: “*Por que você disse que ela é moreninha?*” e ela diz: “*Para ela não ficar triste porque é negra!*” Aroldo olha para Luana e pergunta: “*Você é triste porque é negra?*” E

Luana responde: “Não!” e se senta calada. Aroldo refaz então todo o discurso que já havia feito sobre a necessidade das crianças negras se sentirem orgulhosas. Olho para Luana e ela ainda está com a cabeça abaixada na carteira.

À noite a palestra se repete e encontro a professora de português que também foi responsável pela atividade. Tempos depois conversamos e ela me disse que foi muito difícil organizar as oficinas. “*É um trabalho muito individual. É difícil convencer os próprios colegas. As oficinas foram pagas e muita gente reclamou que o dinheiro poderia ser investido em outra coisa. Mas eu acho essa discussão muito importante, principalmente nessa escola onde a maioria dos alunos é afro-descendente*”, diz a professora que é kardecista. A professora também acha que a revistinha da Luana é um bom material sendo que é mais adequado para alunos do primeiro segmento. “*Precisamos pensar mais sobre o multiculturalismo e sobre a discussão de cultura e identidade dentro das escolas. É preciso imaginar outras alternativas, que incluam, inclusive, a discussão sobre religiões*”, considera.



No dia 1 de dezembro de 2004, a Escola João da Silva promoveu um debate sobre multiculturalismo e sobre a questão racial. O ator Aroldo Macedo, criador da personagem “Luana”, a primeira heroína negra dos quadrinhos brasileiros, esteve na escola para debater com os alunos. Acima, a reprodução da capa do primeiro exemplar da revista.

5.7– O que dizem outros professores de ensino religioso

Das 12 entrevistas realizadas, quatro foram com professores católicos (incluindo a Coordenadora de Ensino Religioso do Rio e a diretora da Escola Estadual João da Silva); seis com professores evangélicos (incluindo as três professoras da Escola Estadual João da Silva) e duas com professores de umbanda. A fala da Coordenadora de Ensino Religioso do Rio já foi abordada. As falas dos profissionais ligados à Escola Estadual João da Silva também. Neste item, abordarei o que disseram os outros professores entrevistados.

Discutirei aqui, três aspectos a respeito das doze entrevistas realizadas conjuntamente. O primeiro é que, com exceção de três professores (os dois de umbanda contratados neste concurso) e uma professora católica (contratada antes desse concurso e que não é da Escola Estadual João da Silva), todos concordam com o ensino religioso confessional. “*O Estado acertou em cheio quando optou pelo ensino confessional*”, disse-me uma professora batista. O segundo é que, também com exceção desses três professores, todos adotam a estratégia do silêncio para com alunos de cultos afro-brasileiro. “*A maioria é católica e evangélica, os de candomblé ou não existem ou são bem poucos e temos de ser tolerantes, não há o que fazer*,” afirmou uma professora católica, que já dava aulas de religião antes do concurso. O terceiro aspecto é que, da mesma forma, com exceção desses três professores, todos os outros entrevistados utilizam a bíblia como referência ou textos cristãos. “*Não é para pregar nenhuma religião, mas para falar de amor, carinho, solidariedade. Faço isso com respaldo nos textos bíblicos*”, disse-me uma professora evangélica.

A professora católica, a que identifico com um discurso diferente dos que aceitam a lei do ensino religioso como foi estabelecida, diz: “*Não acho que deveria ser confessional. Defendo o ensino religioso porque o ser humano tem várias dimensões e uma dessas é a religião. Mas não podemos usar a sala de aula para falar da nossa religião. Eu falo de todas e sei que o aluno negro que pratica candomblé ou umbanda ou que não pratica mas seus pais sim, tem vergonha de*

admitir. Para mim, que leciono religião desde 1995, é óbvio ver isso e não posso fingir que não vejo. Então eu peço para que esse aluno fale de sua religião porque é uma forma de valorizar as culturas negras, embora não esteja dizendo que todo aluno negro pratique candomblé. Há negros de todas as religiões e brancos que são de terreiros. O professor que diz que não identifica isso faz vista grossa para poder pregar o que quiser”, afirmou.

5.8 – Para professores de umbanda o Estado está cometendo uma grande injustiça

Para um dos professores de umbanda entrevistados, o estado do Rio de Janeiro está cometendo uma grande injustiça porque está catequizando e convertendo os alunos. *“Sou favorável ao ensino religioso, mas não da forma como foi estabelecido. Acho que pode existir como disciplina para que o aluno conheça uma outra forma de organização do mundo que não é a visão exclusiva da ciência. Defendo o mesmo que o Movimento Inter Religioso (MIR) defende, ou seja, um ensino interconfessional, mas estamos nos organizando para reverter o processo”.*

De acordo com este professor, até a distribuição de material didático para essa disciplina ocorre de forma injusta. *“Cada credo ficou de preparar seu próprio material. Ora, os católicos têm a Cúria na mão, os evangélicos muito dinheiro e tanto a umbanda como o candomblé não possuem nem organização, alguma entidade que nos centralize efetivamente, nem dinheiro. Que material didático podemos fazer?”,* questiona. Para ele, a solução seria a implementação da Lei Federal que incorpora a História da África ao currículo. *“Isso é o que já deveria estar implementado no estado”,* diz. O professor de umbanda afirma ainda que, em suas aulas, fala da história de todas as religiões e pensa incorporar as festas de umbanda ao calendário escolar nas escolas em que leciona. *“Isso seria uma forma de somar a produção cultural das festas à questão pedagógica”,* sugere.

A outra professora de umbanda entrevistada dá aula em Campos e concorda com o colega. *“Acho que nós que somos a minoria acabamos por fazer*

o que todos deviam, ou seja, falamos de todas as religiões, enquanto todos os outros escondem ou destroem a nossa”, diz. Para ela, a função de “pregar uma doutrina religiosa cabe aos templos, aos terreiros”, e enfatiza: “A Secretaria de Educação ofereceu uma proposta de trabalho que serve aos evangélicos e católicos e nós que somos de religiões afro-descendente adequamos esse material, por exemplo, à questões do meio-ambiente, já que nossa religiosidade envolve muito a natureza. Quando fazemos isso, percebemos que os alunos de umbanda e candomblé assumem mais quem são e suas religiões fazem parte do que são. Eles se sentem mais orgulhosos”, diz a professora.

5.9 - Cultura da escola e cultura escolar

Gostaria de refletir um pouco sobre alguns resultados das entrevistas realizadas e sobre alguns aspectos da escola observada mediando essa reflexão com Forquin (1993). Para este autor, a ênfase colocada na função de conservação e de transmissão culturais da educação não deveria nos impedir de notar que toda educação, e em particular, reforça, a educação do tipo escolar, supõe sempre, na verdade, uma seleção no interior da cultura e uma reelaboração dos conteúdos da cultura destinados a serem transmitidos. A consequência dessa dupla exigência (seleção na cultura e reelaboração didática) é, para Forquin, a impossibilidade de uma afirmação geral e abstrata de uma *unidade*⁵ da educação e da cultura.

Para Forquin, a escola é também um “mundo social”, que tem suas características de vida próprias, seus ritmos e seus ritos, sua linguagem, seu imaginário, seus modos próprios de regulação e de transgressão, seu regime próprio de produção e de gestão de símbolos. Esta realidade constitui para ele a “cultura da escola”. Antes da aprovação da lei do ensino religioso, a religião já estava presente na “cultura da escola” da escola observada. E qual religião? A católica.

Quando se entra na João da Silva, na parede do lado direito encontramos um cartaz das Edições Paulinas com uma oração. Nos corredores da escola estão

⁵ Grifo meu.

também fixados cartazes da Campanha da Fraternidade de 2004 (Água Fonte de Vida). No corredor da biblioteca, localizada no segundo andar da escola, vemos o seguinte cartaz: *“Na cooperação e solidariedade, a esperança e a vida para nós e para a terra”*, a frase é assinada pelo teólogo Leonardo Boff.

A escola celebra duas festas religiosas cristãs: a Páscoa e o Natal. No mural do primeiro andar da escola, fixado no pátio, em dezembro de 2004, foram colocados todos os símbolos natalinos, bem como suas explicações cristãs. Na Páscoa, os símbolos católicos são também fixados. Lembremos ainda que a João da Silva reza o Pai-Nosso todos os dias, no horário de entrada do turno da tarde. O catolicismo então é percebido como algo natural para a escola. Lembremos das falas das irmãs Michele e Alessandra que estudam nessa escola: *“Porque católico é católico e macumbeiro é macumbeiro. Eles são aceitos, nós não!”*

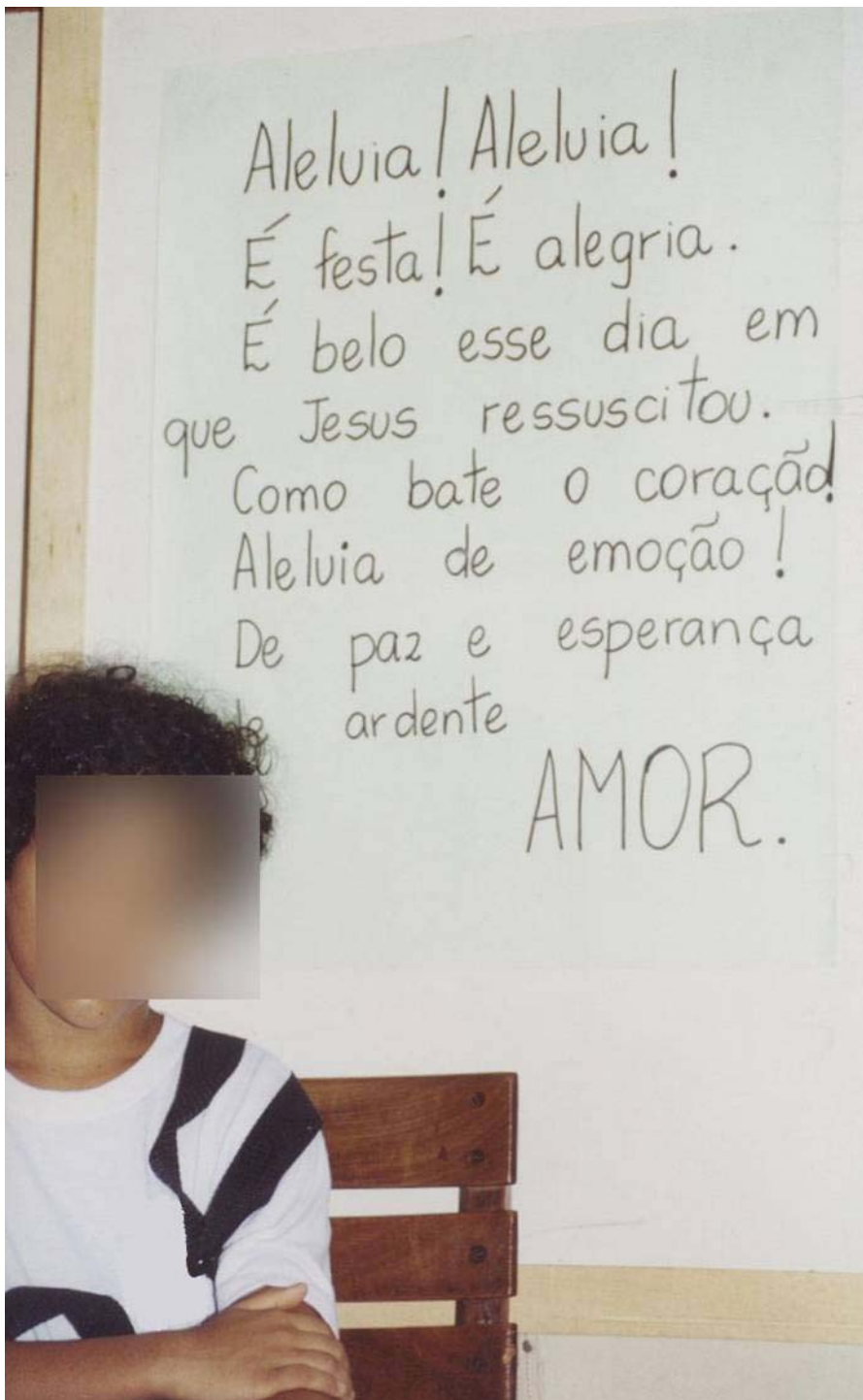
O conceito anteriormente descrito não deve ser confundido, avisa Forquin, com o que este autor entende por “cultura escolar”, ou seja, o conjunto de conteúdos cognitivos e simbólicos que, *“selecionados, organizados “normalizados”, “rotinizados”, sob o efeito dos imperativos de didatização constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas”*. (Forquin, *op.cit*, 167).

No que se refere particularmente à educação do tipo escolar, a consciência de tudo o que ela conserva do passado não deve encorajar a inconsciência de tudo o que ela esquece, abandona ou rejeita. A cada geração, a cada “renovação” da pedagogia e dos programas, são partes inteiras da herança que desaparecem da “memória escolar”, ao mesmo tempo que novos elementos surgem, novos conteúdos e novas formas de saber, novas configurações epistêmico-didáticas, novos modelos de certeza, novas definições de excelência acadêmica ou cultural, novos valores. Devemos assim reconhecer o grande poder de seleção da memória docente”, sua capacidade de “esquecimento ativo”. (Forquin, 1993, p.15).

Perguntemos com Forquin: *“Quais são as determinantes, os mecanismos, os fatores desta seleção cognitiva e cultural que faz com que uma parte da herança humana é assim mantida “a salvo do esquecimento”, de geração a geração, enquanto que outras parecem consagradas ao sepultamento definitivo?”* (Forquin, 1993, p.15).

Claro que Forquin não está tratando especificamente de ensino religioso, mas, como vimos, mesmo antes da aprovação da lei de ensino religioso, a religião

católica (hegemonicamente) já fazia parte do que ele chama de “cultura da escola”. Depois da lei, cimentada nas grades curriculares das escolas da rede pública do Rio de Janeiro, a educação religiosa (agora a católica e a evangélica) é reforçada e legitimada também no que Forquin chama de “cultura escolar”. É por isso, por exemplo, que as crianças de candomblé não encontram espaço na escola para expressarem suas culturas. Noam, do terreiro de Mãe Beata, que estuda em uma escola municipal em Miguel Couto, é mais uma dessas crianças tornadas invisíveis e sem poder para narrarem suas formas de perceber o mundo.



Aluno da Escola Estadual João da Silva em frente a um cartaz comemorativo da Semana Santa.

5.10 - E quem criou o mundo?

“*Quem criou o mundo foi Olorum, o Deus supremo que criou o mundo que ainda não existia com o saco da criação*”. Assim disse saber como foi criado o mundo, Noam Moreira, ogan do terreiro do Ile OmiOjuaro, que estuda na Escola Municipal Maria José, em Miguel Couto, na Baixada Fluminense. Perguntei a Noam o que dizem os professores na escola a respeito da criação do mundo. “*Que o mundo foi criado por Deus*”. “*E que Deus?*” continuo. “*O Deus das Igrejas, o Deus de Jesus, praticamente*”. Pergunto se alguma vez ele teve a oportunidade de narrar na escola como ele entende a criação do mundo. “*Claro que não*”, respondeu Noam.

Pergunto se ele gostaria de poder partilhar a sua visão de criação de mundo na escola. “*Gostaria muito*”, respondeu. Noam também me disse que os colegas da escola já caçoaram dele, mas ele afirma que não liga. “*Quando eu ia com meus cordões de conta eles me chamavam de macumbeiro. Mas eu não devo nada a ninguém e fico tranqüilo*”, garante esse filho de Oxalá.

5.11 - Ave Maria na hora da merenda

O depoimento de Adailton, pai da menina de Obaluaê

A discriminação também acontece em escolas particulares. Adailton Moreira, pai da menina de Obaluaê, me disse que, certa vez, sua filha (que estuda numa escola particular, em Campo Grande, Zona Oeste do Rio), chegou em casa perguntando porque ela não podia rezar a “Ave Maria” como as outras crianças rezavam na hora da merenda). “*Expliquei a ela que na nossa religião temos outras rituais, diferentes dos católicos e perguntei porque ela não poderia cantar um dos cânticos de nosso terreiro na hora da merenda? Aí ela compreendeu e concordou*”, contou Adailton, que foi até a escola de sua filha conversar com a diretora.

“Ela me recebeu muito bem e disse que não a obrigaria a rezar, mas que eles continuariam rezando já que a maioria da escola era formada por alunos católicos. Eu disse que não tinha problema e aproveitei para dizer que minha filha era criada por um casal de homossexuais e que eu não admitiria nenhum preconceito nem por esse fato nem por ela ser do candomblé”, enfatiza Adailton relatando ainda que não teve mais problemas na escola. Contudo, diz ele, seria bom se a educação pudesse dar ainda um passo à frente. “São muitos anos de exclusão das culturas negras da escola. Nossos filhos ainda são discriminados. Se for para uma religião penetrar na escola, o certo seria que todas as religiões tivessem o mesmo espaço”, sugere.

A própria menina disse que sente vergonha no caminho para a escola e que jamais teria coragem de usar suas “roupas de santo” fora do terreiro. *“Na kombi que me leva, todo mundo sabe que eu sou do candomblé. Ele acham que é macumba. Mas não é assim como eles pensam”, lamenta.*



Adailton: *“São muitos anos de exclusão das culturas negras da escola. Nossos filhos ainda são discriminados. Se for para uma religião penetrar na escola, o certo seria que todas as religiões tivessem o mesmo espaço”, sugere.*

5.12 - “Se a escola excluir os alunos de candomblé, a escola não merece nenhum respeito!”

(Beata de Yemonjá)

“Eu já mantenho o ensino religioso no meu egbé. Na escola, nessas aulas de religião, eles vão ensinar o que quiserem. Eu sou contra. Minha filha Ivete fez o concurso e não passou e sabe por que? Tenho certeza de que foi porque ela disse que era iaebé de minha casa. Eu não tenho nada contra o sincretismo, eu mesma sou batizada, sou crismada, sou casada. Tenho filhos batizados. Porém não levo minha iaô na igreja para dar benção ao padre nem receber água benta. Tenho santos católicos, faz parte da nossa história porque nossos ancestrais foram obrigados a ser batizados a mudar seu nome para receber outros nomes. Mas o Papa que me perdoe, para mim, Xangô é meu Papa. Obatalá, Orunmilá, Oduduá, todos esses Deuses para mim são meus verdadeiros Papas. Mas faço parte da Igreja, sou amiga do padre Renato, aqui de Miguel Couto. Ele me benze e eu o benzo. Para mim, Padre Renato é um exemplo de cidadão porque sabe conviver com as diferenças sem agredir ninguém.

Muitas escolas discriminam crianças que freqüentam candomblé. Achem que o Brasil é uma coisa só, mas se discriminarem um neto meu vou lá. Eu, Beatriz Moreira Costa, Mãe Beata de Iemanjá digo a uma professora ou professor que discrimina que eles não têm direito de ensinar a ninguém. Nós estamos em um país que tem discriminação e preconceito, mas contra esse preconceito e essa discriminação existem Olorum e Exu e Iemanjá que deixaram uma Beata de Iemanjá que não têm vergonha de dizer em lugar nenhum que é raspada e pintada no candomblé. Sou negra! Sou afro-descendente e os terreiros reafirmam esse orgulho que temos de nosso povo. A escola devia fazer o mesmo”, afirma Mãe Beata.

Pergunto quantos netos Mãe Beata têm. Ela responde: “Mais de mil”. Insisto: “Quanto netos carnais?” Ela também insiste: “Os que passam por aqui, todos são meus netos carnais. Quem for discriminado. Vou lá! Eu conheço as leis. Eu só tenho o terceiro ano primário, mas sou bem formada. Eu mesma me formei. Eu mesma criei meu diploma sem precisar da assinatura de ninguém. Minha

assinatura e meu aval sou eu mesma: Beata de Iemanjá! de Exu! Que é o dono de todos os movimentos. Exu faz hoje e desmancha amanhã e faz novamente. Não tenho medo de nada. Se a professora está no colégio para ensinar é para incluir e não excluir. Se a escola excluir alunos de candomblé, a escola não merece nenhum respeito!”, concluí a Mãe-de-santo. Da fala de Mãe Beata suspendo uma frase: “Muitas escolas discriminam crianças que freqüentam candomblé. Achem que o Brasil é uma coisa só (...)”. É ela que nos conduzirá pelo próximo capítulo no diálogo com Marilena Chauí, Jacques d’Adesky e Peter McLaren em suas análises sobre o mito de um Brasil homogêneo, famoso por sua “democracia racial”, sobre a condição branca e também a respeito do ideal de branqueamento.



Mãe Beata: *“Se a escola excluir os alunos de candomblé, a escola não merece nenhum respeito!”*